

# SER Social

COMUNICAÇÕES E  
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

---

## A democratização da comunicação como bandeira de luta no Serviço Social

*The democratization of communication as a flag  
of struggle in Social Services*

*La democratización de la comunicación como bandera  
de lucha en los Servicios Sociales*

**Leonardo Koury Martins<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-5572-8483>

Recebido em: 28/08/2024

Aprovado em: 18/10/2024

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de dialogar sobre a comunicação enquanto um direito humano a partir dos posicionamentos construídos pelas entidades representativas do Serviço Social e sobre como os assistentes sociais podem se somar na defesa do referido direito com base na estratégia da democratização da comunicação no Brasil no cotidiano do trabalho profissional. O cenário do direito à comunicação e a sua democratização têm sido pautados pelos movimentos sociais desde os anos de 1980, quando, embora a comunicação tenha começado a constar como um direito constitucional, a sua regulamentação não

---

<sup>1</sup> Assistente social. Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF). Professor no Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (IEC/PUC-Minas). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2421750422548941>>. E-mail: <[leonardokourymartins@gmail.com](mailto:leonardokourymartins@gmail.com)>.

ocorreu por completo, o que garantiu a apropriação privada do citado direito por parte das elites nacionais. Na atualidade, as redes privadas nacionais de comunicação, em conjunto com as *big techs*, integram a internacionalização do domínio da informação em grande escala, que se aproveita do cenário de notícias falsas e do deserto provocado pela desinformação, o que afeta a vida da população brasileira.

**Palavras-chave:** Serviço Social; comunicação; trabalho profissional; movimentos sociais.

**Abstract:** This article aims to discuss communication as a human right based on the positions developed by entities representing Social Services and how social workers can join forces in defending this right based on the strategy of democratizing communication in Brazil in their daily professional work. The scenario of the right to communication and its democratization have been addressed by social movements since the 1980s, when, although communication began to be considered a constitutional right, its regulation did not occur completely, which guaranteed the private appropriation of this right by national elites. Currently, national private communication networks, together with big techs, are part of the large-scale internationalization of the information domain, which takes advantage of the scenario of fake news and the desert caused by misinformation, which affects the lives of the Brazilian population.

**Keywords:** Social Work; communication; professional work; social movements.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo discutir la comunicación como derecho humano a partir de las posiciones construidas por entidades representativas del Servicio Social y cómo los trabajadores sociales pueden unirse en la defensa de este derecho a partir de la estrategia de democratización de la comunicación en Brasil en el cotidiano del trabajo profesional. El escenario del derecho a la comunicación y su democratización ha estado pautado por los movimientos sociales desde la década de 1980, cuando, si bien la comunicación comenzó a aparecer como un derecho constitucional, su regulación no se produjo del todo, lo que garantizó la apropiación privada del mencionado derecho por parte de las elites nacionales. Actualmente, las redes privadas de comunica-

ción nacionales, junto con las grandes tecnológicas, forman parte de la internacionalización del dominio de la información a gran escala, que aprovecha el escenario de las noticias falsas y el desierto provocado por la desinformación, que afecta la vida de la población brasileña.

**Palabra claves:** Trabajo Social; comunicación; trabajo profesional; movimientos sociales.

## Introdução

A comunicação e as suas múltiplas dimensões entre o ato dialógico e a construção de uma rede de informação em grande escala têm sido apresentadas no Serviço Social brasileiro como um debate relevante e necessário nas últimas décadas. A conjuntura desafiadora do País exige que a profissão, a partir da comunicação, possa identificar inúmeras questões latentes que envolvem o trabalho dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, em especial nas políticas sociais.

Para identificar essas questões e seus desdobramentos, faz-se necessário estabelecer uma leitura crítica do dado cenário. Como condição de análise, o texto se orienta com base no materialismo histórico dialético, desenvolvido a partir da teoria social em Marx. É por tal análise que se torna possível apreender quais são as proximidades necessárias entre o projeto profissional do Serviço Social, o projeto de sociedade pretendido enquanto espiral e como a comunicação está relacionada a ele enquanto estratégia para a aproximação desses projetos, que se somam ao fator ideopolítico enquanto condução de uma prática transformadora.

Contudo, é fundamental afirmar que as entidades representativas da profissão sustentam como imagem pública as caracterizações de um projeto ético político a partir da fundamentação crítica, que tem como princípios os ideais emancipatórios que se encontram alinhados com lutas construídas a partir dos movimentos sociais no propósito de fortalecer a constituição de um projeto societário contra-hegemônico à ordem capitalista (PAULA, 2021).

Em especial, na última década, o bombardeio de notícias falsas e o incentivo midiático à meritocracia têm dificultado o acesso aos direitos sociais para grande parte da população. Não por acaso, questões presentes,

como a imunização, o direito à saúde e o negacionismo científico, como exemplos, somam-se aos esforços realizados por assistentes sociais no diálogo da população atendida no cotidiano. O estudo apresentado, em 2024, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), intitulado como *Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil*, reafirma o referido cenário, aponta os desafios relacionados à participação dos assistentes sociais no campo das lutas gerais da classe trabalhadora e relata como tem sido o impacto da ausência do acesso à informação no atendimento da população. O direito à comunicação está relacionado ao contexto do crescimento do neoconservadorismo e aos ataques do capital no campo da formação e do trabalho profissional no País (CFESS, 2024).

Enquanto política e prática organizativa, a comunicação em massa é um processo de disputa entre projetos e precisa ser percebida, uma vez que as demandas e requisições estão na indissociabilidade da relação entre o capital e o trabalho. O que se dialoga em bares, igrejas ou na praça da cidade é parte do que se “apreende” por intermédio dos meios de comunicação de massa e se encontra à revelia de regulamentação ou controle estatal. A comunicação, enquanto um direito no Brasil, sequer tem instâncias de controle social, regulação fiscal ou espaços de participação (ESPÍNDOLA, 2009).

À luz do referencial materialista histórico dialético, o artigo se encontra dividido em quatro partes, sendo a primeira sobre os desafios da regulamentação da comunicação no Brasil. A segunda parte versa sobre os interesses privados no campo da comunicação de massa e os impactos nas políticas sociais. Já a terceira parte dialoga sobre o papel das entidades representativas do Serviço Social e como elas tratam a comunicação para além da imagem institucional. Por último, a quarta parte apresenta as reflexões sobre o trabalho profissional e as políticas sociais. Em tempos tão desafiadores, as presentes questões dialogadas se tornam parte do compromisso do projeto profissional crítico que o Serviço Social há tantas décadas mantém como hegemônico no País.

## **O Brasil e o seu projeto de regulamentação da comunicação pela metade**

Para apresentar como se encontra a conjuntura da comunicação no Brasil, é necessária uma breve retomada temporal sobre o que foi o desenvolvimento do capitalismo no País. A partir do interesse do

Estado, a oligarquia nacional cofinanciou as bases do capital, mesmo que de forma tardia. É a partir do Estado que não apenas a produção industrial se constituiu, mas também toda a sua infraestrutura, como a construção de portos e rodovias e a produção minerária, entre outras, que se desenvolveram em grande escala. Tal crescimento se apresentou a partir de um pacto entre as oligarquias e a burguesia nacional, tendo um ponto básico como a principal questão.

O ponto básico a se considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação, que caracterizou a economia brasileira antes dos anos trinta, e que essa indústria não sofreu limitações ou concorrência sensível em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 havia tomado por base essa realidade objetiva. Nos anos cinquenta, a situação mudava. Enquanto a indústria se empenhava em manter altos tipos de câmbio, o que a leva a chocar-se com o setor agrário-exportador, cujos lucros se encontravam assim diminuídos, visto que já não podia oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos (MARINI, 2000, p. 116).

Por intermédio das empresas públicas e do financiamento público, que constituem as bases para o desenvolvimento capitalista dependente, o Estado também construiu no referido cenário as bases da política de comunicação no País: com os avanços tecnológicos, veio também a organização dos primeiros jornais, das pioneiras rádios e dos demais aparelhos comunicativos, que sempre estiveram alicerçados aos interesses predominantes da burguesia, com a característica de uma atividade privada, mas com amplo subsídio público.

Como executores e partícipes da superestrutura do capitalismo, os meios de comunicação têm o papel de comunicar para as massas populacionais. É também sua responsabilidade institucional garantir o acesso à informação, conforme é provisionado na Constituição Federal, que preconiza, na grade da programação, a preferência por programas com “finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”, a “promoção da cultura nacional e regional” e o “estímulo à produção independente que objetive sua divulgação, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos

em lei”, além do “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” (BRASIL, 1988).

O cenário da comunicação no País diverge das diretrizes constitucionais, uma vez que “os sistemas e mercados de comunicação são capitaneados por conglomerados” e, por sua vez, a partir do seu “ordenamento prático, controlam os principais canais de distribuição de conteúdos midiáticos do Brasil”, de modo que, na atualidade, a comunicação de massa privada soma elementos majoritários de informação e desinformação, articulados não por acaso (GÖRGEN, 2017, p. 505).

Instituídos como aparatos ideológicos das elites, os meios de comunicação, para além do controle exercido pelos referidos conglomerados, de acordo com Görgen (2017, p. 508), exercem um papel fundamental na formação de opinião da população brasileira, “com cunho privado-comercial”. O Estado democrático de direitos no País constitui-se como regulador das concessões públicas dos meios de comunicação, mas, no campo do real, tem se apresentado meramente pelo papel de executor da concessão de outorgas para a lógica privada (GÖRGEN, 2017, p. 508).

A política de comunicação, por se fazer ausente, não afeta apenas a regulamentação dos meios de comunicação, mas amplia a distância do acesso da população brasileira ao citado direito. No Brasil, não há um conselho paritário entre o governo e a sociedade civil para a referida política, uma vez que não há uma plataforma de conferências ou mesmo qualquer estrutura de ouvidoria que aproxime o diálogo público da população com os governos sobre o direito à comunicação.

O modelo empresarial tem, entre suas caracterizações, a oferta privada do referido direito frente às tensões entre os movimentos sociais da área da comunicação, que apontam que, enquanto não houver a democratização dos meios de mídia, não haverá como garantir o acesso à informação pública. É a partir dessas tensões que a articulação entre a desinformação e as notícias falsas correlaciona o projeto das elites de domínio comunicativo. As tensões permeiam a seguinte afirmativa, frente ao desmonte do direito à comunicação.

Assim, são imprescindíveis a atenção e a luta para que as plataformas fortaleçam as políticas de combate às *fake news*, especialmente em momentos em que a desinformação pode mudar, por exemplo, processos eleitorais (CFESS, 2023, p. 16).

A luta contrária ao modelo de comunicação em massa de interesse privado, não por acaso, é uma bandeira de luta dos movimentos sociais. Iasi (2019) apresenta como o modelo burguês de comunicação é necessário para o controle da sociedade, a partir da superestrutura, o que, por consequência, possibilita a produção e a reprodução do capital frente à barbárie vivenciada pela classe trabalhadora no País.

Não devemos subestimar o papel de inúmeros aparatos privados de hegemonia da ordem que realizam com sucesso essa mediação entre os valores interiorizados de uma ordem como consciência imediata e os interesses dominantes em luta por sua supremacia. Aqui se destacam as instituições religiosas, notadamente a rede de igrejas evangélicas, os meios de comunicação de massa, a persistência de formas de família e comportamentos morais, assim como o papel de uma rede de instituições com grande poder econômico e enraizamento social, como ONGs, fundações etc. (IASI, 2019, p. 429).

Os movimentos denunciam a ausência de uma política pública de comunicação, que, sob o domínio das elites, permeia a relação indissociável entre estrutura e superestrutura para a manutenção da ordem burguesa. No tempo presente, o projeto de comunicação empresarial não tem o menor receio de conectar desinformação e notícias falsas com o propósito de deixar um vazio ocasionado por uma leitura cada vez mais imediata da vida social e pela quase completa ausência de crítica que questione a manutenção da ordem posta.

### **Os interesses privados como alavancagem para a desinformação e as notícias falsas**

Nos últimos anos, tem se tornado nítida a escalada das notícias falsas, aliadas ao processo de desinformação no Brasil e no mundo. A tecnologia móvel e a ampliação do uso das redes sociais digitais atravessam o cotidiano da população. Por intermédio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a vida tem sido configurada pela construção de novas bases para a sociabilidade capitalista.

Antes majoritariamente determinado por programações e conteúdo ofertado por rádios, jornais, revistas e pela televisão, o referido

modelo de comunicação tem atingido cada vez mais pessoas de forma homogênea em todo o mundo, a partir do acesso ampliado da *internet* e da virtualidade, com programações que descaracterizam territórios e realidades locais e difundem o pensamento pragmático e imediato da notícia.

Não por acaso, na captura do pragmatismo e do imediatismo como efeitos frente à compreensão de mundo (DURIGUETTO; PEREIRA, 2021), a desinformação e a ampliação das notícias falsas fomentam um campo escuso que determina o fortalecimento dos interesses burgueses, a partir do ataque às conquistas democráticas e aos direitos da população. No presente cenário, ampliam-se também a perseguição aos profissionais da comunicação e o descrédito às informações geradas pela comunicação pública, que sofre o sucateamento, o aparelhamento e as tentativas de privatização.

Na dada realidade, tem se tornado desafiadora a atuação profissional dos assistentes sociais, assim como a de outras trabalhadoras e trabalhadores, especialmente no âmbito das políticas sociais. Porém, é importante apresentar a compreensão de que as causas e o desenrolar do fenômeno não ocorrem por mero acaso.

Num contexto de multiplataformas, as pessoas e organizações que alimentam a desinformação e as *fake news*, principalmente da extrema direita, se utilizam, muitas vezes, do chamado “conteúdo efêmero”, um conteúdo desinformativo que é divulgado em uma mídia social e, na tentativa de burlar a vedação da veiculação em determinada mídia, ele é retirado em pouco tempo, porém já se espalhou em outras redes, o que faz difundi-lo (CFESS, 2023, p. 16).

A comunicação de massa empresarial é o formato hegemônico da construção da desinformação em grande escala no Brasil e em grande parte do mundo. É importante ressaltar que, quando se trata do acesso à informação em grande escala, que é aquela que consegue, em um curto processo de tempo, chegar a milhões de pessoas e territórios a partir dos meios de comunicação existentes, tal amplitude tem sido mais valorizada, a cada dia, pela máquina de interesses do capital.

No Brasil, o referido processo comunicativo não é apenas, em sua maioria, construído pelo interesse privado, mas está vinculado à

rede de famílias de formação aristocrática. Os donos das empresas de radiodifusão, não por acaso, alinham os seus interesses ao movimento de expansão das *big techs* internacionais que atuam no domínio da comunicação digital, cujo propósito é o domínio privado do ato de comunicar em massa (ESPÍNDOLA, 2009, p. 23).

O entrelace entre desinformação e notícias falsas tem sido também uma condição para atacar o trabalho profissional e fragilizar o conhecimento científico. O descompromisso em massa, trazido como efeito do pensamento imediato e do pragmatismo, aliado ao quase inexistente tempo de reflexão sobre a realidade social, aponta o cenário apresentado a seguir.

O brutal ataque aos trabalhadores se apoia, entretanto, na certeza da fragilidade dessa consciência e na sua não universalização como senso comum; apoia-se na convicção de que o senso comum expressa as cores evidentes do conservadorismo e, em muitos casos, de uma visão reacionária do mundo, em tudo diversa dessa projeção ideal cidadã. O senso comum se revela intolerante, preconceituoso, violento, sectário, irracional, antidemocrático, anticomunista e propenso a apoiar alternativas autoritárias (IASI, 2019, p. 428).

No atual estágio do capitalismo, o modelo privado que articula desinformação e notícias falsas faz parte de um projeto de escala global, o que desvela livremente: (I) a criminalização e a morte de jovens negras e negros; (II) a invisibilidade das pessoas em situação de rua; (III) o genocídio dos povos originários que resistem ao imperialismo; (IV) a ampliação da fome; (V) a criminalização dos corpos trans; e (VI) o aplauso aos crimes cometidos pelo Estado pela ótica do sistema prisional no mundo. Trata-se de um modelo que não pode ser horizonte para o presente e nem mesmo condutor do futuro, uma vez que precisa ser questionado e, por sua vez, interrompido.

## **O posicionamento das entidades representativas do Serviço Social frente ao projeto de comunicação no País**

Diante da realidade apresentada de descaso referente à política de comunicação no País e da entrega quase que absoluta da comunicação

em massa aos interesses privados, em um contexto de ampliação da desinformação e das notícias falsas, com relatos de profissionais sobre a sobrecarga de trabalho e a precarização das condições éticas e técnicas dos assistentes sociais, as entidades representativas do Serviço Social têm repensado não apenas os seus planos de comunicação e a comunicação interna, mas também como os instrumentos e as práticas comunicativas estão sendo construídos no cotidiano do trabalho profissional.

É com uma leitura assim que entidades como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social e os 27 Conselhos Regionais de Serviço Social, denominados como Conjunto CFESS-CRESS, têm produzido ricas contribuições, que se somam aos desafios referentes à comunicação entre assistentes sociais e a relação da comunicação entre assistentes sociais e a sociedade.

No período de comemoração dos seus 75 anos, a ABEPSS, que é destinada à representação profissional no ensino e na pesquisa da profissão, apresentou, a partir de diversos encontros e contribuições, o documento “*Política de Comunicação: ABEPSS*”. O documento tem o objetivo de rememorar os caminhos das experiências comunicativas da associação e atualizar as diretrizes dessas ações frente ao ensino e à pesquisa no Serviço Social. O documento destaca a reflexão apresentada a seguir sobre a comunicação enquanto práxis política.

O Serviço Social brasileiro é atravessado cotidianamente por desafios, que exigem radicalidade crítica e reafirmação dos valores e princípios que alicerçam a profissão. Estamos diante de mais uma grande questão, que exige de pesquisadores, estudantes, docentes e assistentes sociais em geral a ruptura com interpretações ingênuas e sedutoras. Nossa relação com a comunicação se coloca na contramão de qualquer tipo de ilusão, mas considera e revalida que sem essa articulação nosso horizonte se encurta e nossas possibilidades se restringem (ABEPSS, 2022, p. 38).

O documento descreve as seguintes diretrizes, dentre outras: (I) ampliar a divulgação dos conhecimentos produzidos a partir das pesquisas na área do Serviço Social; (II) fortalecer os espaços de ensino a partir da difusão do conhecimento produzido; (III) fomentar novos

acessos às revistas e aos periódicos da área; (IV) promover um diálogo crítico sobre os desafios da comunicação na formação e no trabalho profissional; e (V) divulgar as diretrizes curriculares e a sua importância na organização da educação superior (ABEPSS, 2022).

Também é importante a leitura sobre a atualidade do tema da comunicação frente à construção de um projeto profissional crítico articulado com a luta geral da classe trabalhadora e como o conhecimento promovido no âmbito do Serviço Social pode contribuir com tais questões.

Consolidar uma política de comunicação é um passo fundamental para a Abepss, responde a uma necessidade imperiosa de divulgação acadêmica e científica, mas também a uma necessidade política de contribuir com a consolidação da democracia e da luta de classes que segue vigente no País (ABEPSS, 2022, p. 50).

O Conjunto CFESS-CRESS também faz referência à relação entre o Serviço Social e a Comunicação. O documento intitulado como *Política Nacional de Comunicação (PNC)*, em sua 4ª edição, registra que o aprofundamento do debate sobre a comunicação é parte inerente ao conjunto da produção e da reprodução da vida social e que o legado crítico e o acúmulo no campo dos fundamentos que norteiam a profissão precisam servir não apenas ao diálogo interno, mas também à relação da profissão com a sociedade.

Como ampliação de uma leitura articulada entre a luta de classes e a realidade étnico-racial e de gênero, a 4ª PNC encontrou na representação simbólica da Sankofa<sup>2</sup> a certeza de que podemos construir no presente os caminhos para o futuro, sem perdermos de vista o que acumulamos coletivamente. Para isso, a comunicação contra-hegemônica ao projeto das elites precisa permitir uma leitura de tempo e história para a projeção dos desafios do presente.

Em atenção à dada realidade, o aprofundamento político que o Conjunto CFESS-CRESS tem apresentado a partir da 4ª edição da PNC traz a necessidade de estar presente nas lutas pela comunicação

---

2 “Sankofa” é um ideograma africano representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás ou também pela forma de duas voltas justapostas, espelhadas, lembrando um coração. A etimologia da palavra, em ganês, inclui os termos “san” (“voltar”, “retornar”), “ko” (“ir”) e “fa” (“olhar”, “buscar” e “pegar”).

enquanto um direito humano. Para isso, fazem parte do fortalecimento do projeto profissional crítico do Serviço Social o revigoramento do campo das lutas dos movimentos sociais e a construção coletiva das estratégias gerais da classe trabalhadora no campo da comunicação, como a presença no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação no Brasil (FNDC) (CFESS, 2024).

Para o Conjunto CFESS-CRESS, o ato de comunicar e o exercício profissional precisam estar atentos aos perigos da informação privada dos meios de comunicação, que banalizam as violências vivenciadas pela população brasileira. O ato de comunicar está atrelado aos desafios da profissão e tem a seguinte questão para análise.

A palavra “comunicar” significa “tornar comum, fazer saber”. Entendemos que todas as pessoas têm direito a saber, a conhecer seus próprios direitos, a exercer sua cidadania, a se expressar. Por isso, a luta pelo direito à comunicação precisa ser um compromisso assumido por assistentes sociais, profissionais que lidam cotidianamente com o processo de mediação para o acesso a direitos pela população (CFESS, 2024, p. 11).

O contexto midiático de criminalização da pobreza e das pessoas pobres traz consigo prejuízos concretos para a vida da população brasileira. A construção da narrativa meritocrática e a desinformação estabelecem modelos de certos e errados que geram, como consequência, a desumanidade (CFESS MANIFESTA, 2022).

O compromisso das entidades representativas passa por subsidiar o trabalho, de modo que a formação da categoria profissional, neste tempo de modulação de comportamentos nas redes e ampliação da vigilância, tem exigido profundas reflexões e a construção de estratégias que incidam no cotidiano das lutas travadas para o enfrentamento das desigualdades sociais, raciais, sexuais e geracionais (CFESS MANIFESTA, 2022).

Trata-se de uma perspectiva que mostra por que o trabalho dos assistentes sociais é tão importante e por que o ato de se comunicar faz parte da prática profissional e da vida humana, uma vez que é por meio da linguagem que a profissão (em especial, nos espaços sócio-ocupacionais onde atua) se faz percebida pela população como necessária para o Brasil, justamente por seu reconhecimento como parte da classe trabalhadora (FIGUEIREDO, 2018).

Por tal razão, faz-se necessário apresentar as tensões do projeto de morte exercido pelo capitalismo em sua cotidianidade a partir do diálogo com a população. Na mesma perspectiva fundamenta-se a preocupação das entidades representativas em estabelecer laços entre a realidade social e a atuação a partir dos diversos instrumentos comunicativos do trabalho, que, segundo Duriguetto e Pereira (2021), tem diversos desafios como cenários, de maneira que se faz importante a construção de ações concretas com o intuito de se assumir um posicionamento frente às demandas da população.

Essas iniciativas podem tensionar o apoliticismo e o acriticismo da minimização e dos focalismos e seletivismos dos serviços, recursos e benefícios ofertados pela política nas diferentes realidades nacionais em que são desenvolvidas. Politizar a política pelo fomento e indução de desenvolvimento de mobilizações e organizações coletivas dos sujeitos que a elas recorrem nos parece um dos caminhos profícuos para tensionar e resistir às regressões das nossas competências e atribuições profissionais [...] (DURIGUETTO; PEREIRA, 2021, p. 120).

A compreensão da totalidade dos princípios do Código de Ética e das competências profissionais que regulamentam o exercício profissional dos assistentes sociais tem como propósito fazê-los exercer práticas que se promovem a partir do fazer comunicativo. Como exemplo, a Resolução CFESS nº 273/1993 apresenta como princípio a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. Como atuar sob tal perspectiva sem compreender a linguagem enquanto instrumento de trabalho? Como fazê-lo sem vincular o cotidiano ao projeto ideopolítico profissional e sem compreender as relações postas e os antagonismos? (CFESS, 2024).

Tais questionamentos, apresentados na 4ª edição da PNC, estão também como reflexões a partir da Lei Federal nº 8662/1993, que apresenta o ato de comunicar no contexto de “encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população”, bem como ao “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais” no sentido de “identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Trata-se de práticas comunicativas que são congruentes com a linguagem e o fazer profissional cotidiano (BRASIL, 1993).

A partir da compreensão de que, por intermédio das suas entidades representativas, o Serviço Social brasileiro se compromete com o diálogo sobre a democratização da comunicação no País, torna-se necessário enraizar as compreensões sobre a comunicação de massa e a comunicação enquanto ato e instrumento do trabalho profissional, o que tem sido desafiador, considerando-se a realidade dos espaços sócio-ocupacionais e as condições reais de atuação dos assistentes sociais na relação capital-trabalho.

No que se refere à conjuntura do trabalho (em especial, nas políticas públicas), o mesmo Estado que é espaço majoritário da atuação profissional é também aquele que, no universo do tempo, além de não ter se comprometido com a implementação de uma política pública de comunicação, deixou à revelia do mercado a sua condução política. Com base na mesma perspectiva, cabe um entendimento crítico sobre o lugar do Estado quando se identifica uma determinação central das políticas sociais a partir da regulação estatal das relações econômicas e sociais no capitalismo, mas a comunicação, enquanto um direito constitucional, deveria ser parte da regulação; porém, não é (BOSCHETTI, 2017, p. 23).

Diante da contínua organização das políticas públicas vinculadas aos direitos sociais, o Estado – por ter a responsabilidade da regulação econômica e social, por meio da sua execução (embora muitas sejam tardiamente implementadas no Brasil) – não se propôs a romper com a lógica capitalista que caracteriza a sociedade atual “e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais”, uma vez que o que avançou no contexto dos direitos vinculados à seguridade social ampliada<sup>3</sup> também permeia o retrocesso da comunicação na não regulação pública e na sua constituição como um direito na sociedade (BOSCHETTI, 2017, p. 24).

No mesmo movimento estabelecido entre a compreensão crítica do lugar do Estado e o papel do trabalho profissional dos assistentes sociais, identifica-se a necessidade de que, a partir da explicitação das tensões, seja desmascarado qual deve ser o projeto hegemônico da comunicação empresarial e como tais interesses aceleram a consolidação do Estado mínimo, a partir da desinformação e das notícias falsas. Para

---

3 O que neste texto se considera como *seguridade social ampliada* é a compreensão de seguranças sociais mínimas para a reprodução social, sendo que ao tripé constitucional (saúde, previdência e assistência social) devem ser somados essencialmente os direitos previstos nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal.

isso, os assistentes sociais precisam estar atentos em relação à forma como se potencializam o individualismo, a meritocracia e o descrédito sobre as ciências. De acordo com Iasi (2019), a referida conjuntura atravessa a profissão a partir de dois momentos.

Acreditamos que estamos diante de dois momentos, ambos reais e efetivos, da manifestação do senso comum. O primeiro, que expressava os movimentos da luta de classes no momento da crise da autocracia burguesa e do processo de democratização; o segundo, que expressa a crise desse processo e sua negação pelos limites da política de conciliação de classes (IASI, 2019, p. 428).

O formato de comunicação que a classe trabalhadora historicamente utilizou para a denúncia pública das mazelas do capital tem sido silenciado, mas não se pode parar de reivindicar direitos e articular as lutas sociais. Cada vez mais, o Serviço Social se utiliza de estratégias comunicacionais (entre redes digitais e na promoção de espaços coletivos) para dialogar com as bases da profissão sobre os posicionamentos políticos e as frentes de defesa dos direitos sociais.

Caso venha a acompanhar o projeto profissional crítico, o trabalho profissional poderá reafirmar a importância da participação popular e dos processos democráticos no fomento de uma comunicação contra-hegemônica que informe e tenha como base a construção e a valorização do conhecimento para além do atendimento individual, alcançando cada vez mais pessoas. A partir da leitura de Paula (2021) sobre o entrelace entre os projetos coletivos (da sociedade e da profissão) e a atuação profissional cotidiana, é necessário que em tal espiral se perceba o potencial comunicativo pulsante envolto na explicitação das tensões e por apresentar a realidade social a partir do campo de trabalho dos assistentes sociais.

A atuação profissional pode favorecer a compreensão de que o trabalho cotidiano é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes sociais e que, no campo coletivo, o projeto societário se entrelaça com a atuação profissional, cujas tensões tendem a fortalecer uma outra leitura de sociedade. É com base em tal perspectiva que a atuação profissional dos assistentes sociais nas políticas sociais, como exemplo, precisa estar atenta ao que se constitui como projeto profissional e projeto societário, sendo que

[nos projetos societários distintos] é essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2021, p. 26).

Como apresenta Iamamoto (2021), a práxis, como ação concreta, parte do conhecimento voltado às relações sociais nas reflexões políticas, econômicas e morais, que são significativas no que se refere ao trabalho do Serviço Social pelo seu valor e reconhecimento público, sustentado por uma identidade profissional que, há décadas, dirige o projeto ético-político da profissão e que se articula a partir de compreensões de mundo dotadas de um objeto real. Defender o referido projeto frente à ampliação da desinformação e das notícias falsas é mais do que necessário, é urgente, porque os efeitos do modelo privado de comunicação também afeta a leitura política dos assistentes sociais.

Em sua construção coletiva, o trabalho profissional pode politizar os horizontes de quem é atendido e permear toda a vivência nos territórios onde os assistentes sociais estão atuando. De acordo com Figueiredo (2011), é a partir da organização comunitária, do trabalho de grupos e da busca ativa nos diversos serviços e equipamentos públicos que a mobilização social serve como estratégia para explicitar tensões, pois “desenvolver um trabalho que considere estes elementos enquanto recurso” não apenas será uma possibilidade ideal, mas, no campo real, tende a “viabilizar a informação como um direito inalienável e a democracia como um valor” (2011, p. 342).

Para defender a democracia, cabe aos assistentes sociais desmistificar as covardes afirmações anunciadas pelas elites a partir dos seus instrumentos comunicativos, que procuram limitar o horizonte exposto. É tarefa da profissão instituir reflexões sobre a participação política para além dos limites burocráticos. A participação política é uma conquista histórica da classe que trabalha. O viés comunicativo precisa estar constituído nos espaços coletivos e, por sua vez, se torna parte do movimento contundente disposto no processo de democratização com vistas à superação da ordem vigente.

Por sua vez, a leitura contra-hegemônica à ordem capitalista precisa de uma outra comunicação que se aproxime das bases de uma história e de uma trajetória construídas pela classe que trabalha, em

detrimento das mazelas ocasionadas pela classe que explora, expropria e massacra. As elites têm nos seus aparelhos de comunicação uma leitura de mundo irreal e hipócrita, que persegue negros, pobres e mulheres e condena a biodiversidade e a diversidade humana. A leitura dos assistentes sociais precisa ser outra!

## **Considerações finais para um amplo debate**

Para os assistentes sociais, a comunicação precisa ser compreendida como uma totalidade. O ato de comunicar tem de ser visto enquanto instrumento prático e político e como viabilidade estratégica que sustenta as bases do projeto profissional crítico. É pela referida totalidade, que permeia o trabalho profissional, que Iamamoto (2021) apresenta a necessidade de sustentar a imagem do citado projeto a partir da indissociabilidade dos projetos de sociedade e profissional, a partir do trabalho na profissão. Portanto, Iamamoto (2021) sustenta a leitura crítica do exercício profissional, ao afirmar que

não tratamos com fragmentos da vida social, mas com sujeitos que condensam, em suas vidas, singulares determinações abrangentes da vida em sociedade, que se expressam tanto nos atendimentos individuais e nos grupais, quanto no trabalho com populações nas “comunidades” (IAMAMOTO, 2021, p. 37).

Segundo Iasi (2019), a realidade precisa ser encarada no cenário, de modo que, apesar dos problemas reais enfrentados no cotidiano da classe que entendemos ser nossa, não há outro caminho para tal enfrentamento que não seja a luta. A responsabilidade de “resistir no momento presente aos ataques contra a classe trabalhadora” precisa ser constituída no movimento do “árido caminho de retomar a compreensão de nossa formação social em busca da estratégia”, uma vez que, para enfrentar a ordem capitalista e contribuir para a sua superação, precisamos de um projeto que se sustente no horizonte emancipatório (IASI, 2019, p. 436).

É para isso que os elementos apresentados neste debate inicial, embora não se esgotem, precisam ser adensados no sentido de ampliar o diálogo na profissão sobre a comunicação como ato, instrumento e resistência ao projeto de morte, razão pela qual os assistentes sociais precisam estar atentos em relação à realidade social.

Construir a democratização da comunicação como bandeira de luta na profissão não é possível sem um referencial que apreenda as particularidades do País, que procurou na privatização irrestrita da comunicação em grande escala fazer do referido direito um grande negócio. Só é possível um exercício profissional crítico quando a aproximação teórico-prática se sustenta a partir de um instrumento da comunicação que fomente diálogos e tensões nos espaços da atuação profissional, desvelando as contradições e os desafios concretos.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política de Comunicação ABEPSS**. Brasília (DF), 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2083>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS Manifesta: nossa comunicação é política (2022). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-6SemComunica-site.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília (DF), 1993. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS\\_SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS_SITE.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DURIGUETTO, M. L.; PEREIRA, V. S. Política de Assistência Social e o (ainda) desafio do trabalho profissional dos assistentes sociais

nos processos de mobilização e organização popular. **O trabalho profissional da Psicologia e do Serviço Social na Política de Assistência Social: questões, tensões e perspectivas.** PAIVA, Fernando Santana de; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). Juiz de Fora (MG): Editora da UFJF, 2021.

ESPÍNDOLA, N. R. S. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. In: SALES, M. A.; RUIZ, J. S. R. (orgs.). **Mídia, questão social e Serviço Social.** São Paulo (SP): Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 214-234.

FIGUEIREDO, K. A. O assistente social na era das comunicações. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (orgs.) **Mídia, questão social e serviço social.** São Paulo (SP): Cortez Editora, 2011, p. 323-343.

FIGUEIREDO, K. A. “Comunicação pública: um direito humano em conexão com o serviço social”. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 18, nº 36, jul./dez. 2018, p. 162-177.

GÖRGEN, J. Sistema central de mídia: conglomerados de comunicação no Brasil. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (orgs.). **Comunicação pública e política: pesquisas e práticas.** Florianópolis (SP): Editora Insular, 2017, p. 483-508.

IAMAMOTO, M. V. “Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos nas conquistas da classe trabalhadora”. In: CFESS, **Diálogos do Cotidiano: Reflexões sobre o trabalho profissional** – Caderno 1. Brasília (DF), 2021.

IASI, M. L. “Cinco teses sobre a formação social brasileira” (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo (SP), nº 136, p. 417-438, set./dez. 2019.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.** Petrópolis (RJ): Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000, p. 105-165. Coleção: A Outra Margem.

PAULA, L. G. P. **Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social.** 2ª edição, Curitiba (PR): Editora CRV, 2021.